

TEXTO DE DISCUSSÃO Nº 82

ANTECIPANDO OS NÚMEROS OFICIAIS DA ARRECADAÇÃO FEDERAL: RESULTADOS PARA JUNHO DE 2015*

**José Roberto Afonso
Bernardo Fajardo
Vilma da Conceição Pinto****

Julho de 2015

Introdução

O objetivo desta nota é trazer uma análise da forma como se dá a mensuração da arrecadação das receitas federais utilizando a fonte de dados SIAFI. Além de traçar um panorama metodológico e mostrar o nível de precisão dos dados vis-à-vis a fonte oficial que é a RFB, esta nota apresenta uma análise dos resultados apurados via SIAFI do resultado a ser divulgado pela RFB relativos ao mês de junho de 2015.

Diante dos números que serão detalhados mais a diante, a arrecadação federal continua registrando retração frente ao observado em 2014. Nas nossas estimativas a arrecadação federal global apresentou uma queda real de -4,6% na comparação dos seis primeiros meses de 2015 com o mesmo período do ano anterior. Os impostos caíram -2,8%, as contribuições de -3,4% e as receitas da previdência social de -4,2%.

Desta forma, este trabalho está estruturado da seguinte maneira: (i) metodologia e precisão dos dados, onde é apresentada brevemente a origem das informações e precisão da estimativa; (ii) análise do resultado de junho de 2015, destacando os principais pontos que justificam os resultados observados; (iii) conclusão da nota.

Metodologia e precisão dos Dados

O ponto de partida do trabalho são os números da arrecadação das receitas federais mensalmente divulgados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). O principal objetivo é replicar os valores mensalmente divulgados de arrecadação de impostos e contribuições administrados pela RFB, além de royalties e participações especiais, que constitui a arrecadação das receitas administradas por outros órgãos.

* As opiniões expressas neste ensaio são exclusivamente dos autores e não expressam necessariamente as da FGV/IBRE. Elaborado com base em informações disponíveis até 14/07/2015.

** José Roberto Afonso é Doutor em Economia pela UNICAMP, Pesquisador da FGV/IBRE e Professor do IDP. Bernardo Fajardo é economista doutorando da FGV/EBAPE. Vilma da Conceição Pinto é economista pela UERJ e integrante da equipe de Economia Aplicada da FGV/IBRE

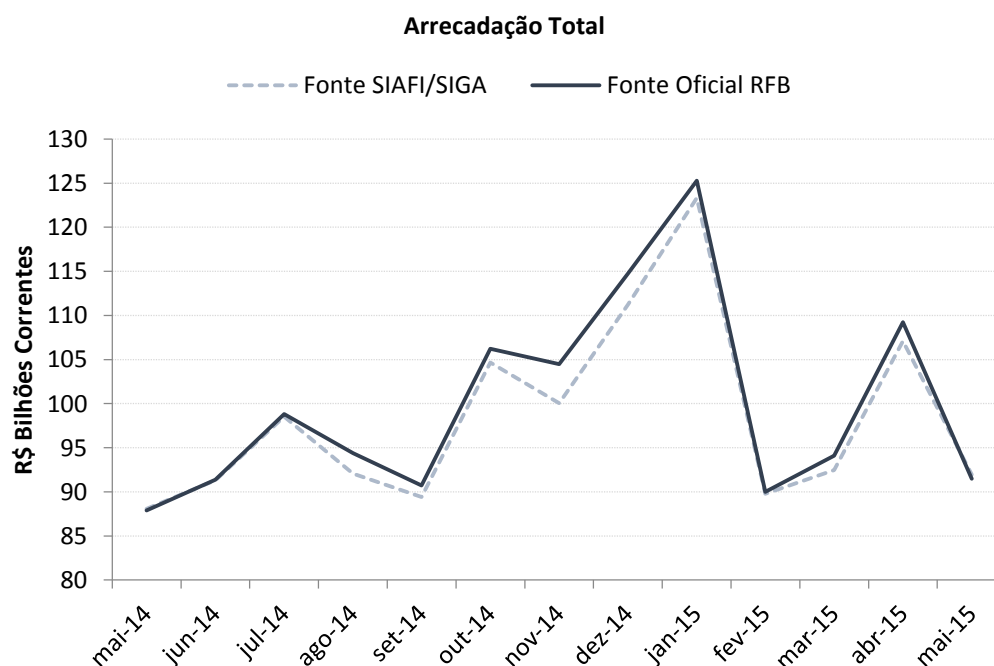
Para fins de mensuração dos dados, é utilizado o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), onde através do software conhecido como Tesouro Gerencial são realizadas as consultas dos valores executados de receitas por natureza tributária. A extração dos dados foi realizada pela associação Contas Abertas e gentilmente cedidas para os autores. Após a extração dos dados, é realizada uma limpeza na série, a fim de capturar somente o componente que constitui a arrecadação do governo federal.

Para efeitos comparativos entre as séries extraídas pelo SIAFI e os números oficiais divulgados pela RFB, os dados são apresentados com seus valores correntes. Já nas análises posteriores são apresentados com valores deflacionados pelo IPCA mensal.

A

Figura 1 apresenta uma comparação do valor oficialmente divulgado pela RFB e o valor estimado utilizando os dados do SIAFI. Com a exceção de novembro de 2014, em que nosso valor estimado foi sensivelmente menor que o oficial, nos demais meses, as tendências e valores foi muito próximo.

Figura 1 - Arrecadação Federal Total: Comparação mensal em R\$ Bilhões Correntes (mai/14-mai/15)



Fonte: SIAFI; RFB

Embora no agregado nossos números sejam muito precisos, temos ainda algumas observações a respeito da composição da série:

- i. A rubrica “Arrecadação administrada por Outros Órgãos” está sendo representada apenas por receitas de Royalties e Participações Especiais.

- ii. As rubricas “Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)” e “IPI – Outros” apresentaram elevados níveis de precisão em toda a série até fins de 2014, porém destoou no início do ano. Essa discrepância nas séries ainda está em fase de análise metodológica, porém a primeira evidência que se observa é a mudança do Software¹ atualmente utilizado para consulta dos dados.
- iii. As Rubricas “Outras Receitas Administradas” e “receita administrada por outros órgãos” ainda está em fase de consulta junto a RFB.

Main Topics do resultado esperado para junho para a arrecadação Federal

De acordo com nossas estimativas, o volume arrecadado em junho de 2015 girará em torno dos R\$ 92,4 bilhões, o que representa uma queda real de -6,9% em relação a junho de 2014, cujo valor real foi da ordem de R\$ 99,2 bilhões. Este resultado pressiona ainda mais o resultado acumulado no ano que deve registrar um volume real de cerca de R\$ 609,9 bilhões de janeiro a junho.

Em junho, chama a atenção o aprofundamento da queda de arrecadação (-6.9%), comparado ao acumulado no ano (-4.6%) e nos últimos doze meses (-3.4%). Ou seja, a queda no mês foi o dobro da queda anualizada. Esses números levantam a dúvida sobre uma possível “nova” tendência no comportamento das receitas, com tendência ainda mais negativa.

Para tanto, contribui a análise acerca dos determinantes dessa queda, que parecem confirmar a hipótese acima, ou seja, que a arrecadação seguirá desacelerando: 40% da queda observada entre junho de 2014 e de 2015 foram explicados pela redução do IR e da CSLL, o que deve estar refletindo a drástica queda dos lucros das empresas (IRPJ: -30.2%; CSLL: -19,5%). Devido à relativa resiliência da movimentação dos lucros de um mês para o outro, a queda forte em um mês tende a indicar queda similar nos meses vindouros. Em paralelo, 39,4% da queda no mês decorreu dos três maiores tributos indiretos – é o caso do caso do PIS/PASEP (queda de -7,2%), COFINS (queda de -9,2) e IPI (queda de 16,6%). Esse comportamento acelerou muito a queda desses tributos no mês contra o anualizado. No acumulado nos seis primeiros meses do ano os números não diferem muito dos dados mensais. 28,8% da queda é justificada pela redução do IR (-3.1%) e da CSLL (-8.1%).

Impressiona o recuo da arrecadação com a indústria em geral. No acumulado do ano a queda do IPI total chega a -9,9%, com destaque para o IPI-Outros (-20,9%). A queda no mês é ainda mais abrupta, com queda de -16,6% do IPI-Total e de 37.2% do IPI Outros. Esses números confirmam o que vem sendo dito sobre a crise mais profunda na indústria.

¹ Até final de 2014 os valores eram consultados via software “SIAFI Gerencial” já em 2015, passaram a ser consultados via “Tesouro Gerencial”.

Uma justificativa para isso é que, como a indústria concentra a substituição tributária de alguns tributos federais, o recuo forte deste setor antecipa para a arrecadação o que virá a ocorrer com setor de comércio ou serviços mais à frente. Considerando ainda o papel da substituição tributária, a queda da arrecadação do IPI traz indícios ainda de que a arrecadação estadual tende a ser ainda mais prejudicada, já que a maior parte das substituições tributárias tem seu amparo no ICMS estadual.

A maior e negativa novidade em junho passa pela COFINS e PIS que registram um recuo muito acentuado no mês em relação ao acumulado no ano, tendo triplicado a variação negativa. Novamente isso deve estar refletindo a recessão generalizada.

Dentre os principais fatores que podem justificar esta queda brutal na arrecadação, podemos destacar o péssimo desempenho da receita previdenciária que caiu -6,6% na comparação do mês contra mesmo mês do ano anterior. Este arrefecimento nas receitas previdenciárias torna-se um indicativo para exigência de uma mudança urgente da desoneração da folha, processo o qual já vem sendo debatido no Congresso Nacional.

O aumento do desemprego está castigando duramente a arrecadação, com queda de 8% no contribuído pelos empregadores sobre a folha salarial. Impressiona que a contribuição sobre a receita dos setores desonerados caiu -14% e acelerando (o dobro da queda anualizada). Isso tende a confirmar a hipótese que há tempos levantamos de que as empresas perdem faturamento e demoram um pouco para demitir. O diferencial de taxas indica que receitas seguem caindo e a folha agora começa a cair de forma acelerada. Dessa forma, a perda com a desoneração não se dá apenas pelo diferencial de alíquota, e sim que a nova base é mais vulnerável à crise do que a base tradicional. Na realidade, já não é novidade que a desoneração da folha de salários está provocando danos sérios na arrecadação previdenciária, mas a novidade é que ela se tornou ineficiente (afinal, não só não induziu a expansão do emprego, como não impede o desemprego). Com isso se torna evidente a importância da revisão dessa renúncia e de forma imediata. A contribuição sobre receita cai mais rápido do que sobre salário. Cabe notar que 29,5% da queda da arrecadação total foi explicada pela receita previdenciária. Esse número reflete a ampliação da participação da queda das receitas previdenciárias na arrecadação federal, já que tal participação atingiu 26,4% no acumulado do ano e, apenas, 20% nos valores anualizados. Isso evidencia que seu impacto está crescendo com forte ritmo, apresentando forte tendência de queda da arrecadação, ou seja, a queda está se acelerando.

Nas receitas dos demais órgãos, mantida a forte retração em royalties e participações especiais, caindo mais rápido que os preços de petróleo. O melhor impacto expansionista veio do aumento de arrecadação importante foram o IR na fonte sobre rendimentos de capital (salto de 33,8% no mês e de 21,9% no acumulado do ano, provavelmente decorrente dos swap cambiais) e o IR de remessas ao exterior

(impressionante salto de 80,7% em um mês e 29,4% no acumulado do ano), indicando possíveis remessas crescentes, talvez até diante de medo de mais tributos ou desvalorização cambial.

Outros tributos que cresceram foram o imposto de importação, talvez impactado pelo câmbio e não pelo volume. Nessa perspectiva, a CIDE merece atenção à parte, aqui o resultado pode ser considerado negativo ou pífio porque, no mês, não se arrecadou nem meio bilhão de reais. se o que entrar em junho se repetir por um ano, mal gera R\$ 5,7 bilhões, o que não dá nem metade do que o governo federal esperava arrecadar com a recuperação das alíquotas dessa contribuição econômica - o mais provável é que a PETROBRAS esteja repetindo prática passada e compensando de outros impostos que alega ter pago a mais o ganho de receita com a CIDE está tão baixo no mês que mal compensa a retração em outras receitas em que predominam os royalties.

Considerações acerca da arrecadação oficial da RFB no primeiro semestre de 2015

Os resultados apresentados anteriormente foram divulgados no jornal Valor Econômico no dia 15/06/2015², mesmo dia inclusive no qual a Receita Federal do Brasil divulgou seu resultado oficial - surpreendendo a mídia e todo o mercado, já que, por hábito, a instituições costuma divulgar seus números mensais apenas uma semana mais tarde, por volta do vigésimo segundo dia do mês. A despeito dos motivos que levaram a RFB a antecipar seus números, uma coisa é certa: tal atitude referendou a desconfiança de que os números oficiais são concluídos antes de sua divulgação oficial, ou seja, seria possível que o Governo Federal fornecesse informações mensais mais tempestivas acerca do desempenho arrecadatário da União, fornecendo as informações necessárias aos agentes econômicos que se utilizam dessa informação para suas tomadas de decisão.

Os números antecipados nessa nota se mostraram em linha com os dados oficiais, sendo que os resultados oficiais apresentou queda menos brusca do que a delineada na antecipação. O Anexo B apresenta a comparação entre os dados.

Em termos analíticos, nota-se que o resultado da arrecadação de junho é sim muito preocupante comparado com o acumulado no ano e nos últimos dozes, indicando um aprofundamento e acentuado da retração da receita... As quedas são acentuadas e concentradas em tributos dos quais nada indica que haverá reversão nos próximos meses - como salários, lucros e vendas. E não há mais dúvida da frustração com as medidas adotadas durante o ano para melhor a receita, em especial no caso da CIDE.

De fato, a pior notícia gira em torno dos resultados da Previdência Social que caiu mais que no acumulado no ano e ambos (mensal e acumulado no ano) mais que no

² Vide matéria veiculada no jornal Valor Econômico, disponível em: <http://zip.net/bcrDN5>

acumulado em 12 meses. Importa destacar que isso se deve ao fato da arrecadação com base de incidência na receita, inclusive dos desonerados, cair duas vezes mais rápido que a arrecadação com base salário. Isto indica que a desoneração tem um custo marginal de modo que o empregador esta perdendo receita mais rápido do que está demitindo. A arrecadação seguiu na tendência decrescente, piorou um pouco na margem, porque está sendo fustigada pela previdência (desemprego e desoneração), pelos menores lucros (IRPJ/CSLL) e pela recessão (II, IPI, PIS/COFINS) e pela crise de petróleo (royalties).

Assim, diante do resultado apresentado, importa destacar que apesar do resultado ter piorado o mesmo não apresentou muitas novidades ao que vinha sendo registrado nos últimos meses, ou seja, o resultado apresentado em junho foi pior que acumulado no ano e que anualizado, mas seguiu tendência antiga de declínio.

Estimativa de Arrecadação do ICMS

Para uma análise mais completa acerca do desempenho da arrecadação tributária nacional de junho de 2015, realizamos a estimação do valor arrecadado de ICMS no agregado nacional. Não se pretende, assim, apresentar uma análise do desempenho e realizar sua estimação do tributo por estado. Escolhe-se o ICMS como um tributo representativo da arrecadação subnacional, pois, além de refletir os efeitos da atividade econômica, é o tributo que detém a maior participação das receitas estaduais. O gráfico do Anexo C mostra como vem se apresentando o desempenho mensal e no acumulado em 12 meses do tributo, com os dados consolidados até abril de 2015. A estimação para o mês de junho tem como base informações sobre a arrecadação do ICMS de estados cuja participação no imposto são mais representativas para o mês de junho.³

Seguindo a tendência dos tributos federais, o ICMS vem apresentando quedas nos montantes arrecadados. Os dados mostram uma queda de -6,0% no acumulado do ano em 2015 (até junho) contra o mesmo período no ano anterior. No mês a queda é ainda mais brusca, atingindo -9,0%. Dessa forma, os dados indicam que o ICMS está sofrendo muito mais do que a arrecadação federal e isso é importante para condicionar o primário dos governos subnacionais; aliás, também o FPE/FPM cai mais que a receita federal agregada, embora nem tanto quanto o ICMS - a inegável recessão, e que é muito mais dura na indústria, constitui a principal explicação para o ICMS, porque sua base central envolve produtos industriais e agrícolas, com reduzido alcance sobre serviços. Assim, o impacto da crise industrial se reflete muito mais forte no ICMS (como também no IPI) do que no COFINS/PIS que tem uma base mais ampla e serviços não sofrem retração tão forte.

³ As informações foram obtidas de forma antecipada por um dos autores do trabalho antecipadas.

É importante destacar também o papel da substituição tributária, prática generalizada entre estados e com forte peso na arrecadação do ICMS. Essa substituição pode ser vista como a cobrança desse imposto em sua origem, ou seja, na indústria, também o imposto que seria devido pelo comércio. Logo, com a crise na indústria, a perda de arrecadação na origem pode estar sendo mais forte do que na do comércio. No sentido inverso, era de esperar que ICMS se recuperasse antes de outros impostos. Em paralelo, destaca-se ainda que o importante papel das importações exercido sobre o ICMS dos maiores estados, o que ajudou a sustentar sua arrecadação nos últimos anos. Por conseguinte, com sua retração mais forte até do que a produção interna, o ICMS acaba sendo atingido.

Em contrapartida, deve-se ponderar que os estados tendem a apresentar ganhos de receita do ICMS com as elevações dos preços da energia elétrica e dos combustíveis (e até mesmo ganhos com a elevação da inflação em si). A retração tão forte, porém, revela que a perda com outros setores da economia tem impacto mais forte do que tais fatores.

Estimativa da Carga Tributária Brasileira em 2015 com base no 1º semestre

Para compor nossa análise acerca dos impactos das estimativas realizadas no agregado nacional, estimamos a carga tributária brasileira para 2015. A série apresentada na Tabela 3 mostra os números da carga tributária brasileira desde 2002 até 2013, conforme informado pela Receita Federal e o dado de 2014 estimado no por Orair (2015). A carga tributária brasileira para 2015 foi estimada com base na arrecadação tributária acumulada em 12 meses das receitas federais e do ICMS, assumindo as estimativas para junho/2015 apresentadas anteriormente neste trabalho.

Tabela 3. Carga tributária brasileira						
2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
32,01	31,33	32,36	33,56	33,32	33,70	33,62
2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*
32,36	32,49	33,40	33,22	33,73	33,40	33,21

Fonte: Orair (2015); Tesouro Nacional; Receita Federal; CONFAZ/COTEPE

Nota-se que a queda da carga tributária ocorre a despeito da queda do PIB já prevista pelo mercado devido à queda ainda mais forte da arrecadação que os governos federal e estaduais vêm apresentando.

Cabe notar que, tendo em vista a complexidade da estimação da carga tributária, nesta nota desenvolvemos 6 cenários distintos para estimarmos os possíveis resultados da carga tributária. Os cenários, bem como o gráfico com seu desempenho são apresentados

no Anexo D desta nota. Para todos os cenários foi considerada uma queda do PIB de -1,5% em 2015, conforme apontado pelo Boletim Focus de 10/07/2015.

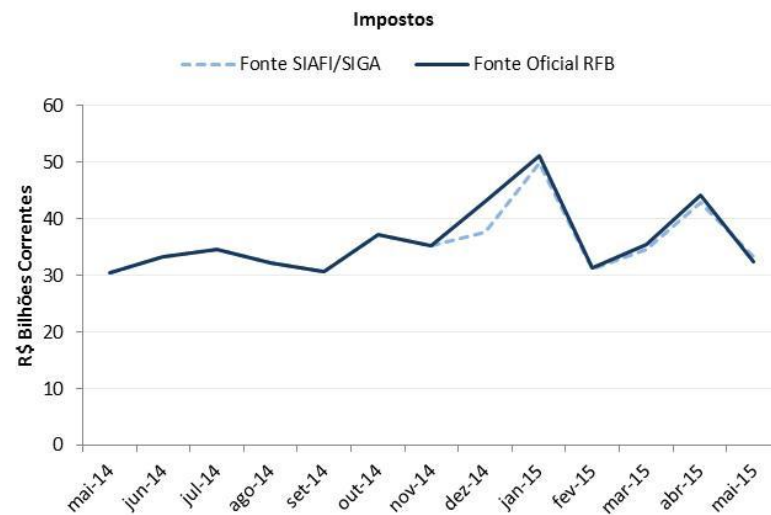
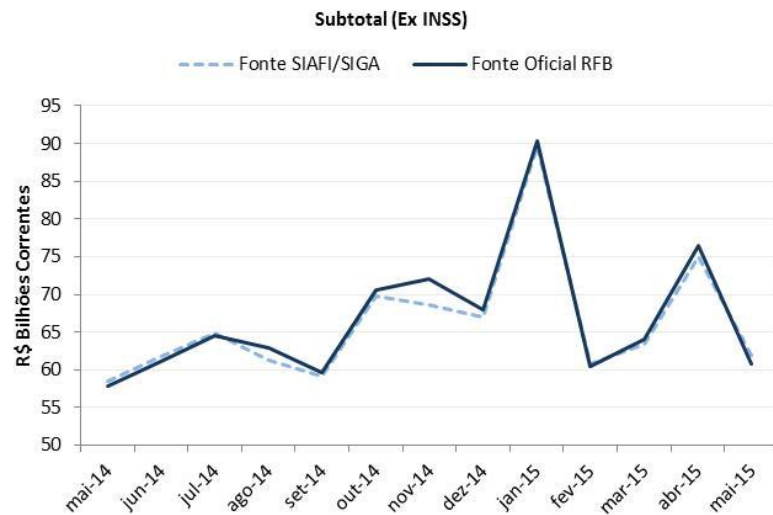
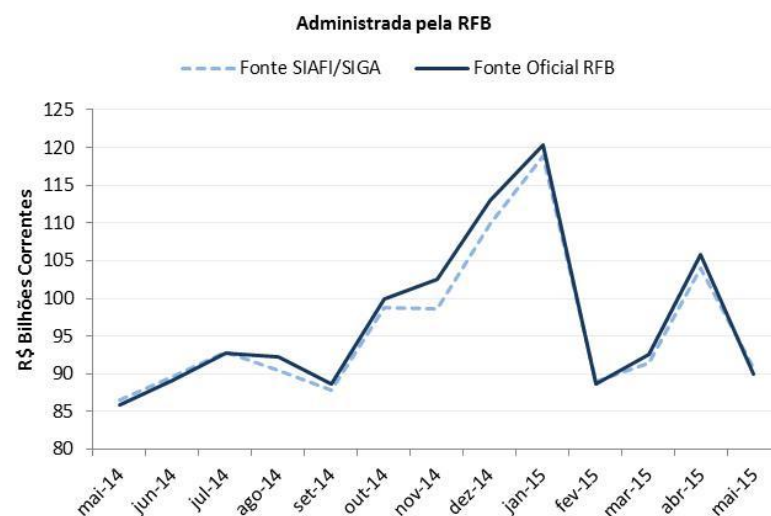
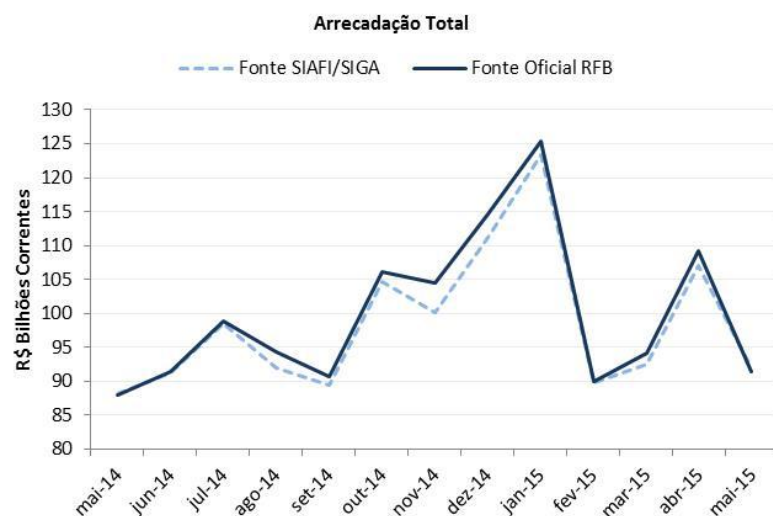
Bibliografia

Afonso, J. R., Pinto, V. C., & Fajardo, B. (Abril de 2015). *Arrecadação federal de março/15: antecipando os números oficiais*. Fonte: Núcleo de Economia do Setor Público - FGV/IBRE: <http://bit.ly/1PxaMtS>

Ministério da Fazenda (MF). (07 de 2015). *Relatórios do Resultado da Arrecadação Federal*. Fonte: Secretaria da Receita Federal (RFB): <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao>

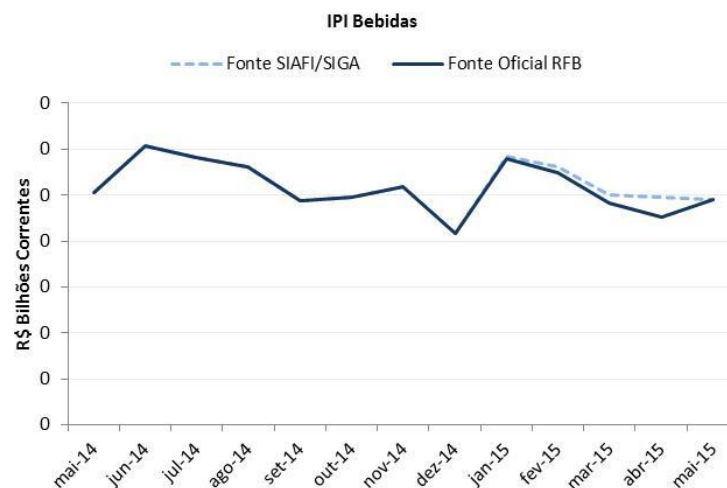
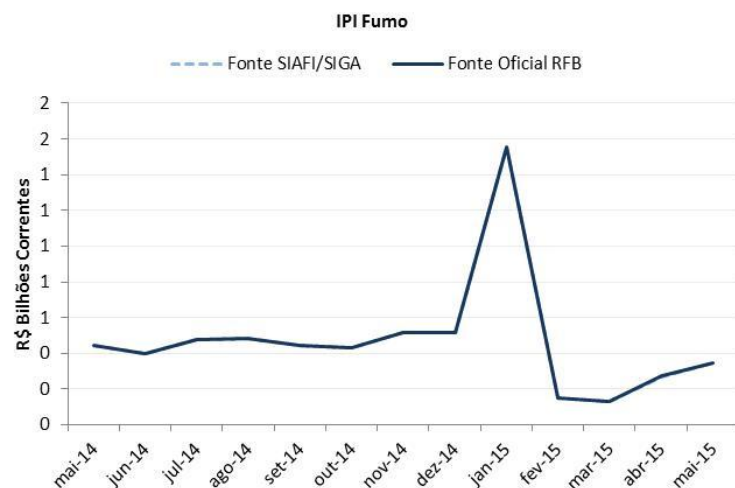
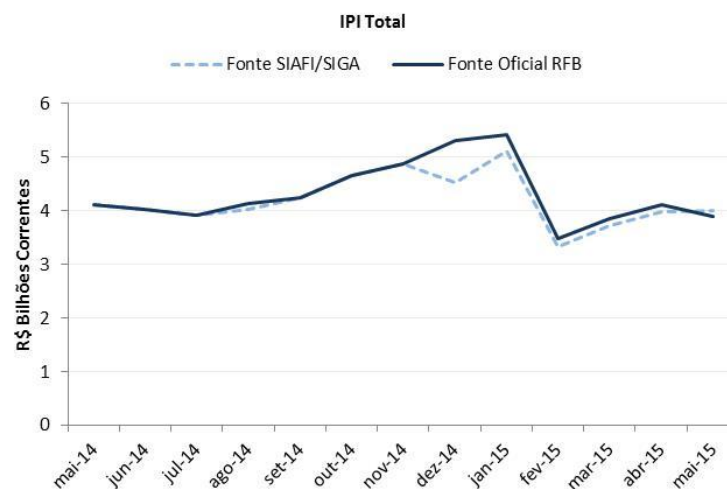
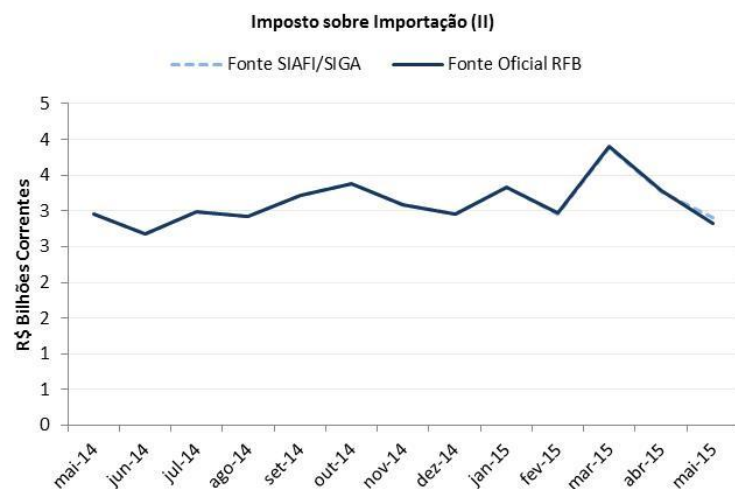
Ministério da Fazenda (MF). (13 de julho de 2015). *Tesouro Gerencial (SIAFI)*. Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN): <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi>

Anexo A) Composição da Arrecadação Federal Total: Comparação (RFB x SIAFI) mensal em R\$ Bilhões Correntes (mai/14-mai/15)



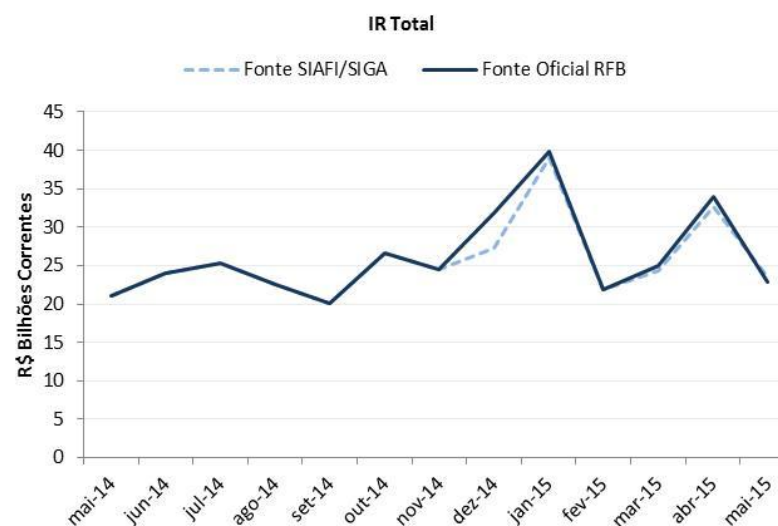
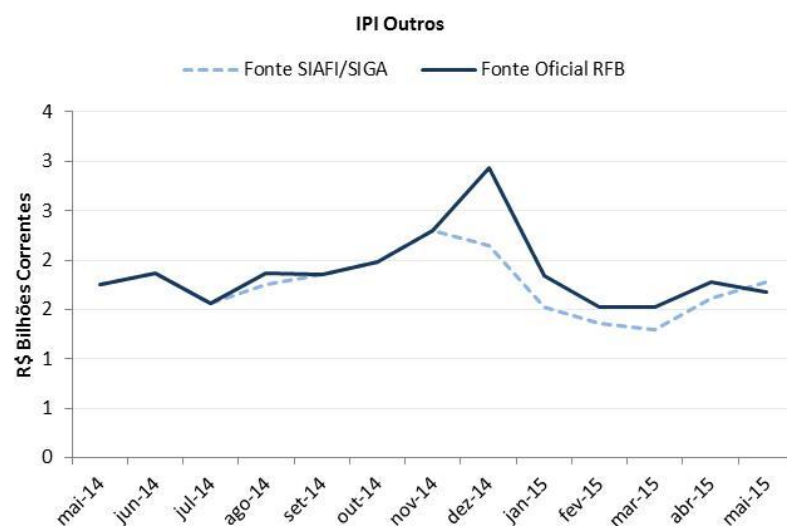
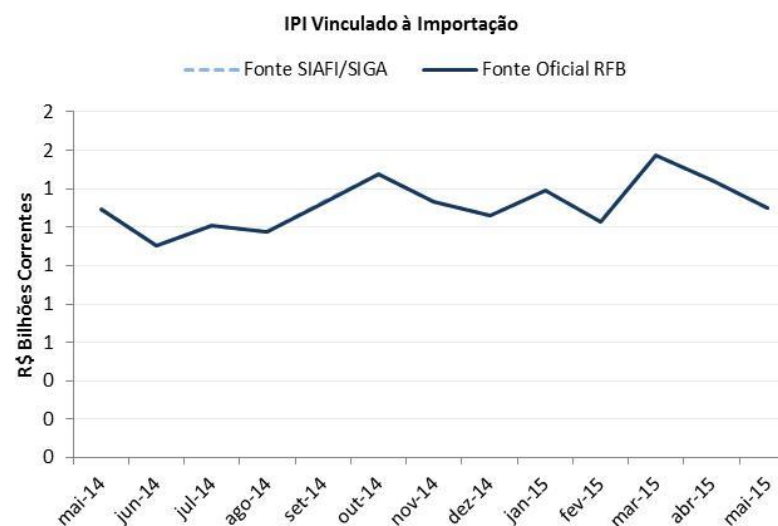
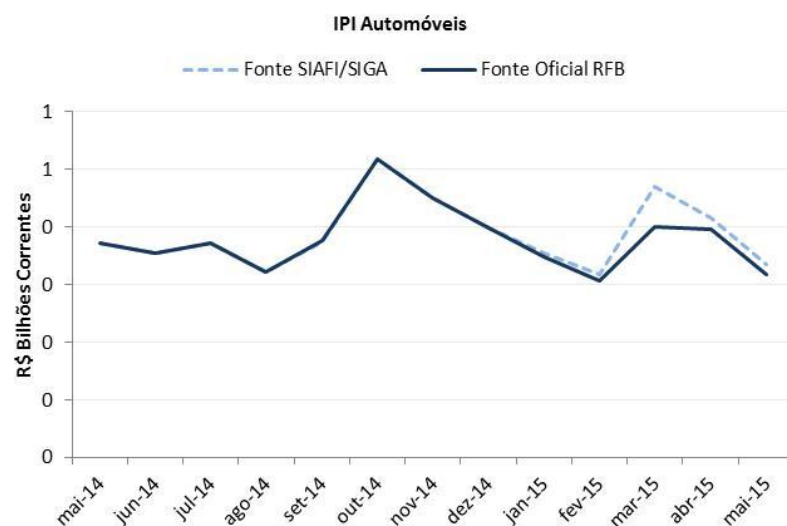
Fonte: SIAFI; RFB

Anexo A) Composição da Arrecadação Federal Total: Comparação (RFB x SIAFI) mensal em R\$ Bilhões Correntes (abr/14-abr/15).



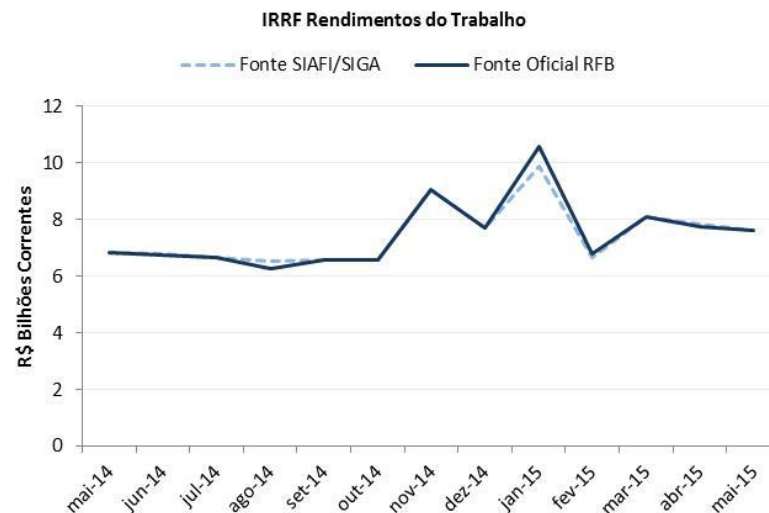
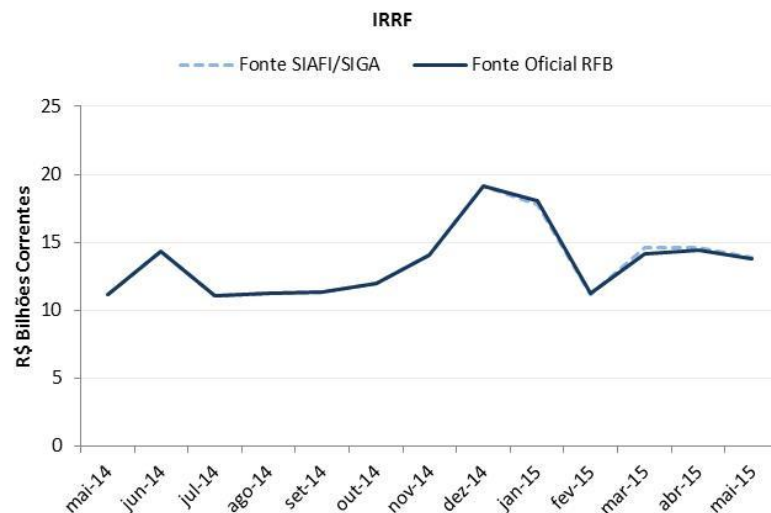
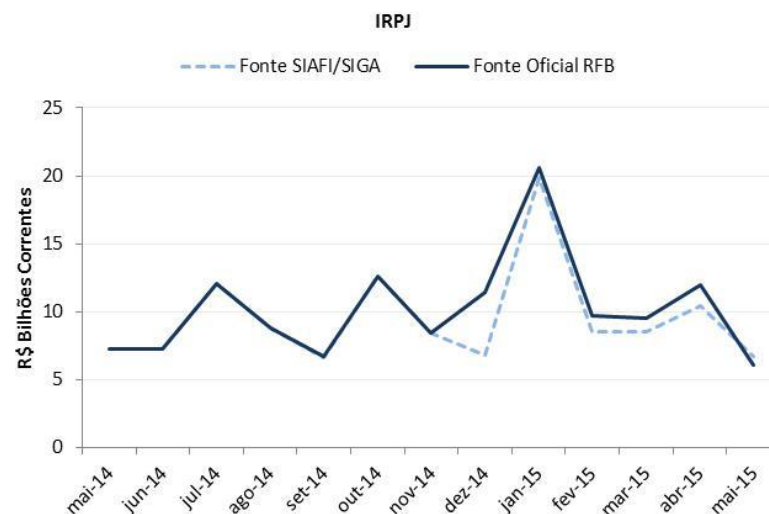
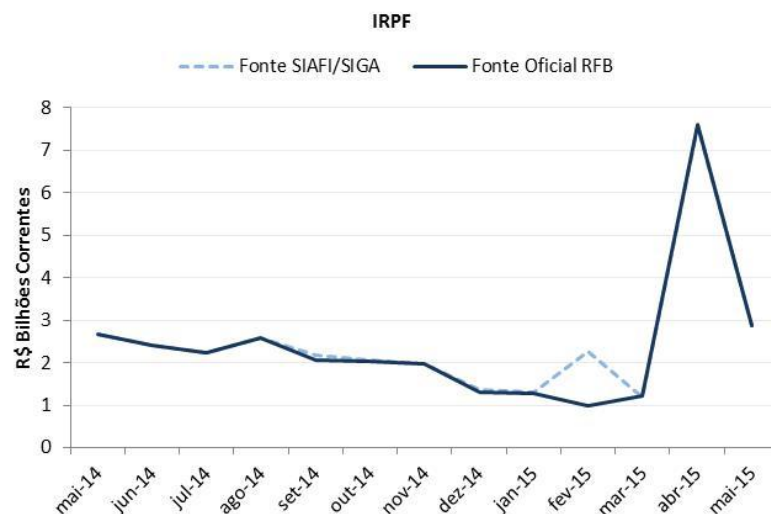
Fonte: SIAFI; RFB

Anexo – Composição da Arrecadação Federal Total: Comparação (RFB x SIAFI) mensal em R\$ Bilhões Correntes (abr/14-abr/15).



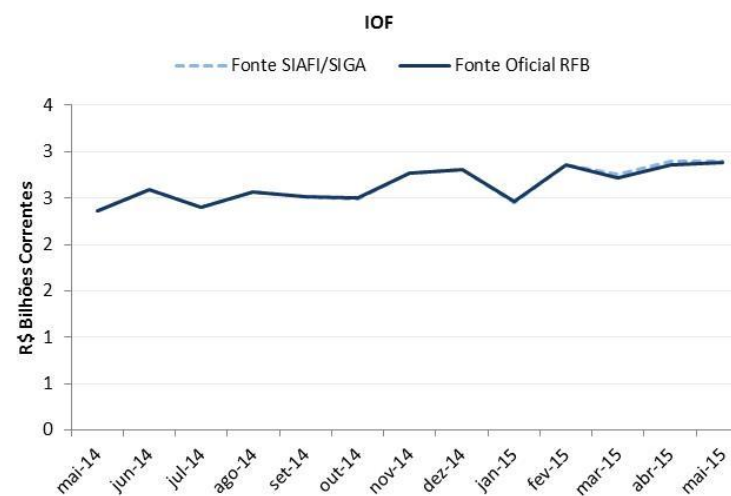
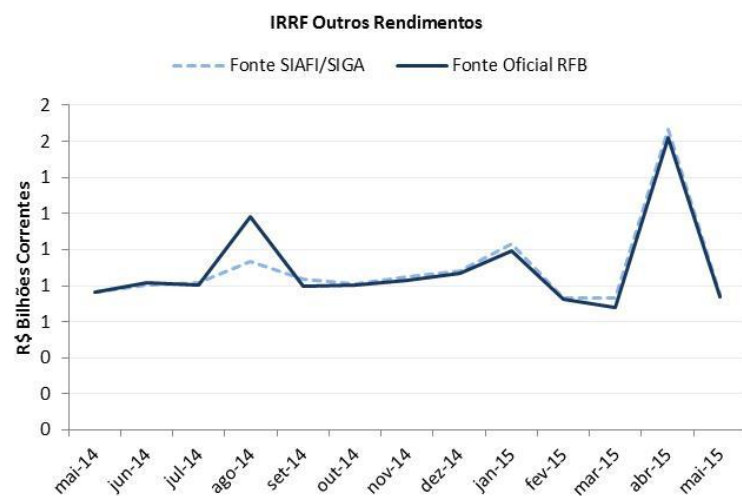
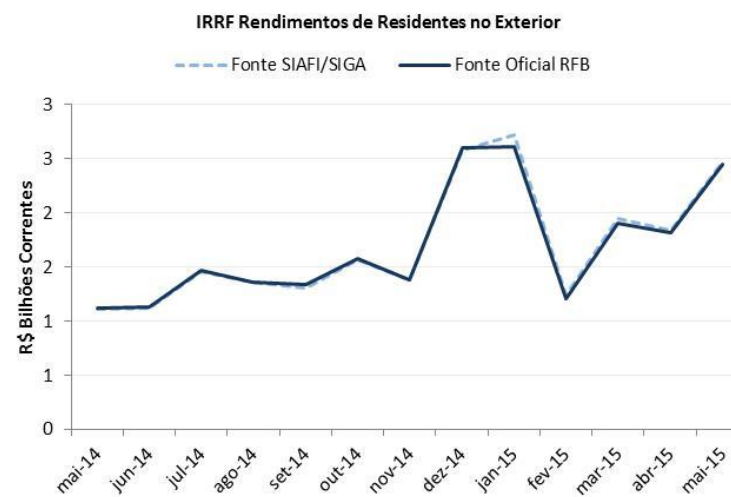
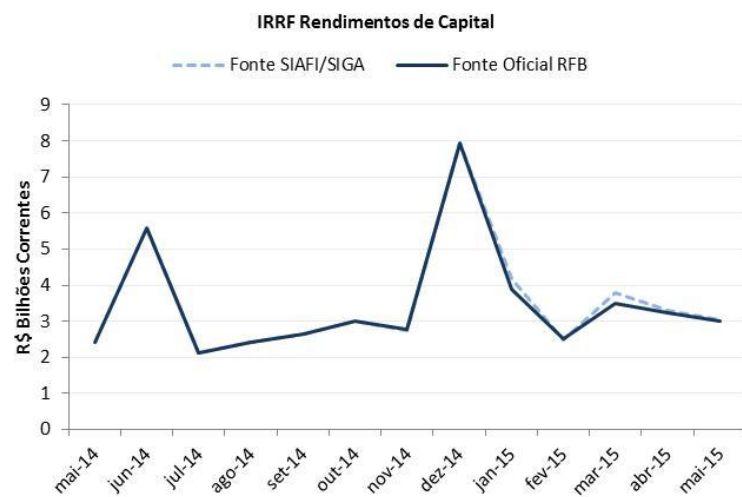
Fonte: SIAFI; RFB

Anexo A) Composição da Arrecadação Federal Total: Comparação (RFB x SIAFI) mensal em R\$ Bilhões Correntes (abr/14-abr/15)



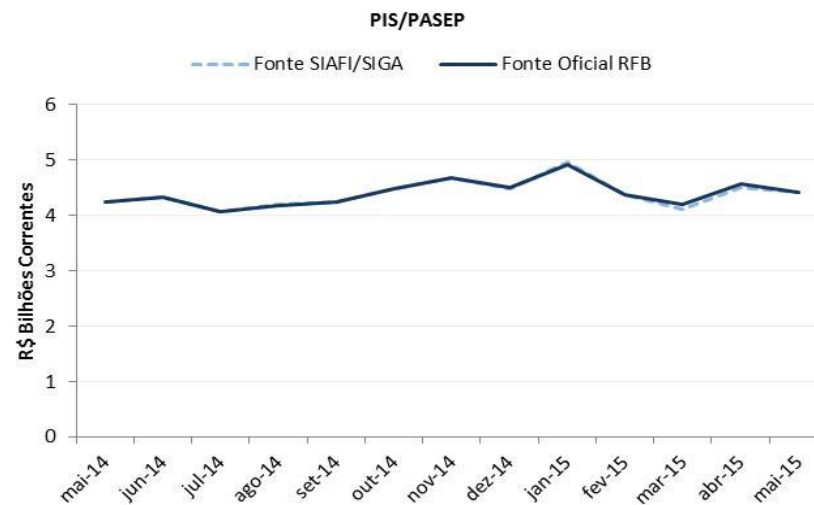
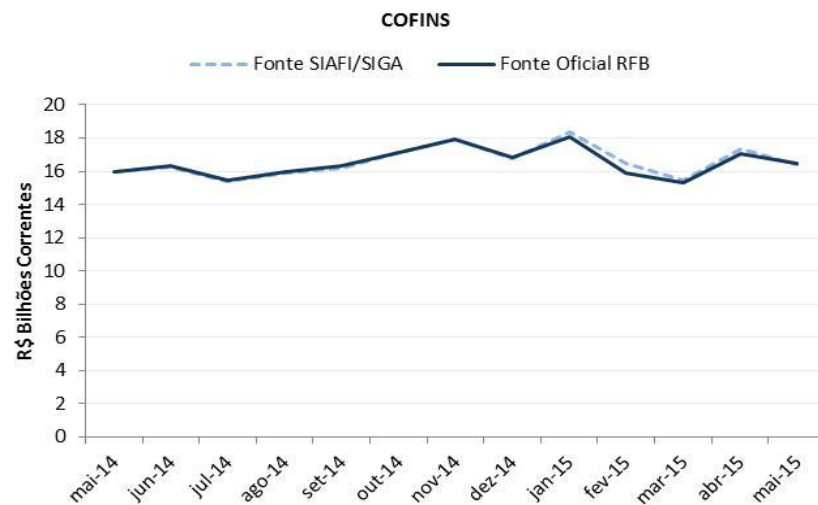
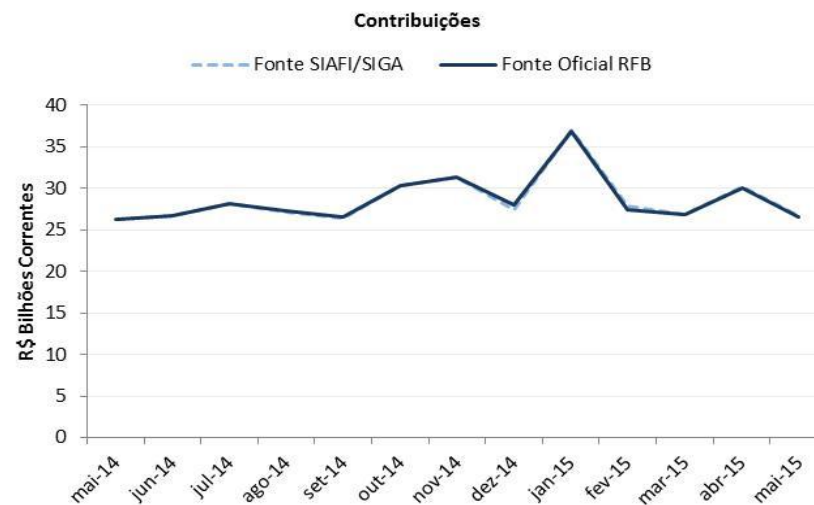
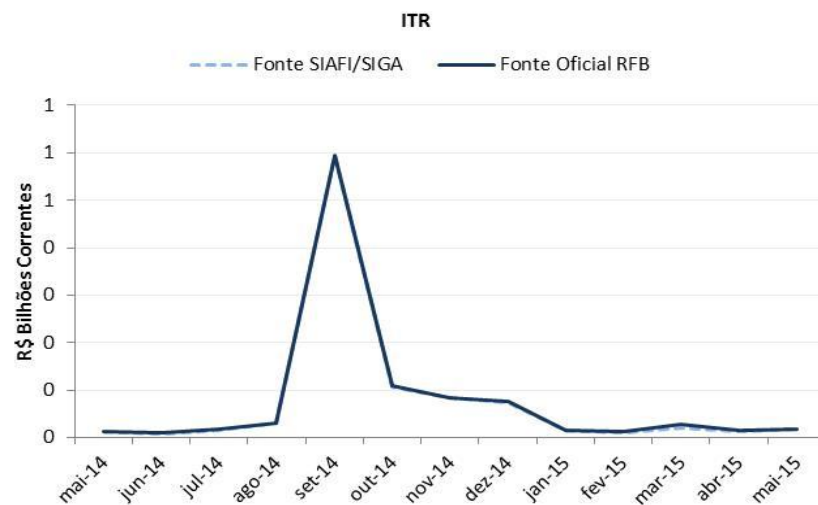
Fonte: SIAFI; RFB

Anexo A) Composição da Arrecadação Federal Total: Comparação (RFB x SIAFI) mensal em R\$ Bilhões Correntes (abr/14-abr/15)



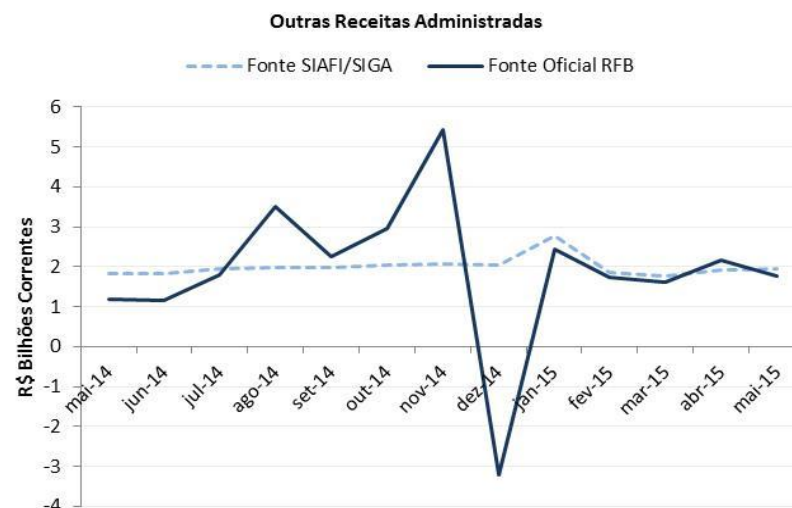
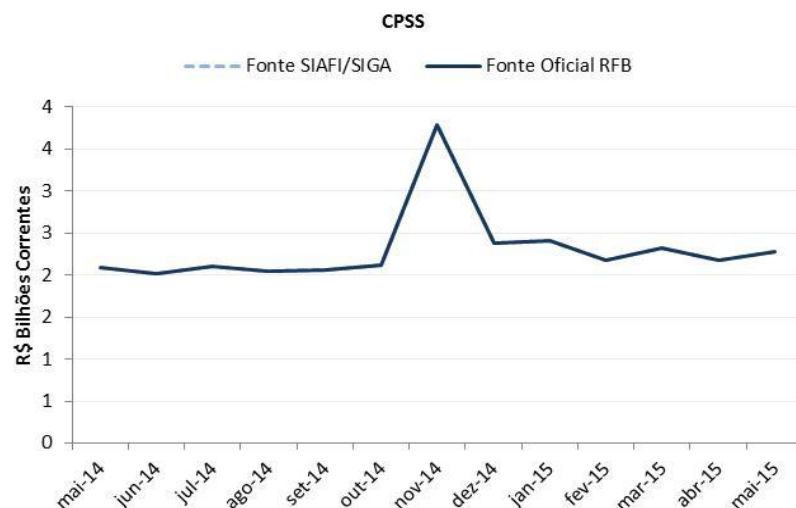
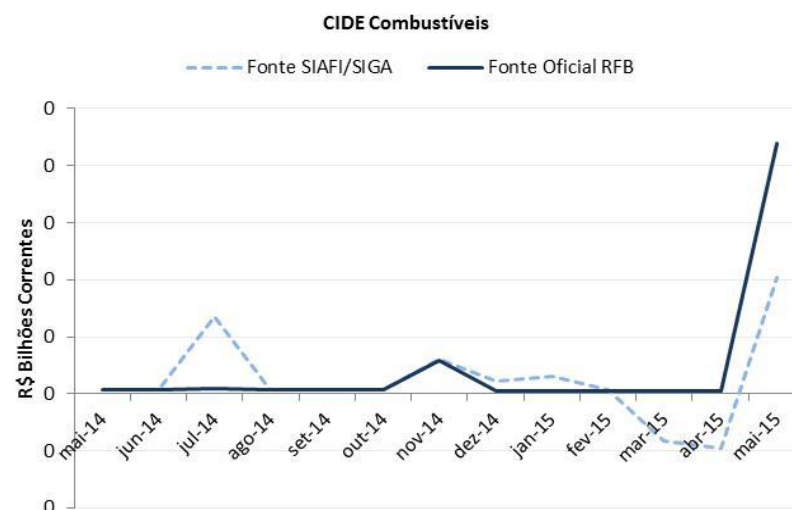
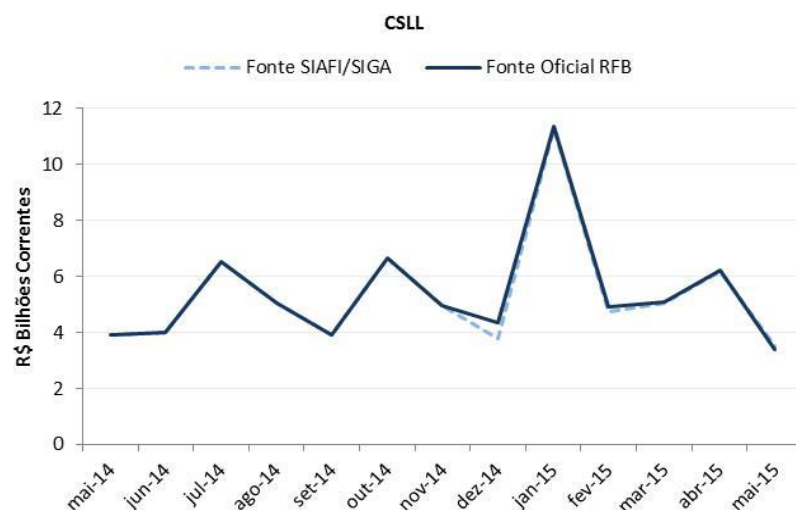
Fonte: SIAFI; RFB

Anexo A) Composição da Arrecadação Federal Total: Comparação (RFB x SIAFI) mensal em R\$ Bilhões Correntes (abr/14-abr/15)



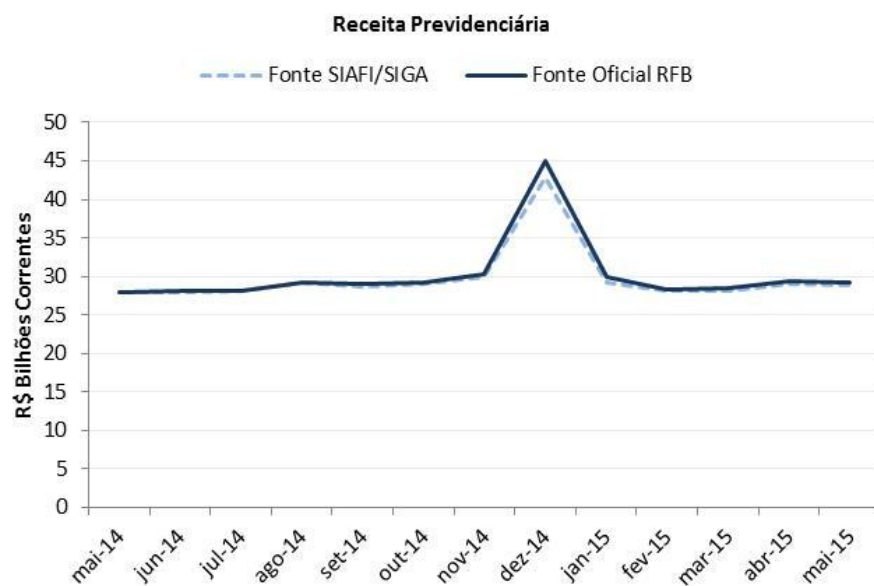
Fonte: SIAFI; RFB

Anexo A) Composição da Arrecadação Federal Total: Comparação (RFB x SIAFI) mensal em R\$ Bilhões Correntes (abr/14-abr/15)



Fonte: SIAFI; RFB

Anexo A) Composição da Arrecadação Federal Total: Comparação (RFB x SIAFI) mensal em R\$ Bilhões Correntes (abr/14-abr/15)



Fonte: SIAFI; RF

Anexo B)

Tabela 1 - Arrecadação das Receitas Federais em Valores Correntes

Em Junho -2015 x 2014

Jun-15 / Jun-14	Valores constantes (R\$ milhões)				Var. %		
	IBRE		RFB		Jun/15 x Jun/14		
	jun/15	jun/14	jun/15	jun/14	IBRE	RFB	Dif. Mês
Arrecadação Total	92.374	99.219	97.091	99.516	-6,9%	-2,4%	4,5%
Administrada pela RFB	91.088	97.510	95.239	97.149	-6,6%	-2,0%	4,6%
Subtotal (Ex INSS)	62.738	67.141	66.284	66.593	-6,6%	-0,5%	6,1%
Impostos	34.089	36.159	37.055	36.230	-5,7%	2,3%	8,0%
Imposto sobre Importação (II)	3.164	2.903	3.175	2.909	9,0%	9,2%	0,2%
IPI Total	3.654	4.381	3.907	4.390	-16,6%	-11,0%	5,6%
IPI Fumo	441	433	441	434	1,7%	1,5%	-0,2%
IPI Bebidas	166	330	163	331	-49,8%	-50,5%	-0,7%
IPI Automóveis	342	385	297	385	-11,2%	-22,9%	-11,7%
IPI Vinculado à Importação	1.429	1.201	1.434	1.204	19,0%	19,1%	0,2%
IPI Outros	1.277	2.032	1.571	2.036	-37,2%	-22,8%	14,3%
IR Total	24.098	26.055	26.816	26.104	-7,5%	2,7%	10,2%
IRPF	2.725	2.622	2.668	2.629	3,9%	1,5%	-2,5%
IRPJ	5.509	7.894	6.131	7.907	-30,2%	-22,5%	7,8%
IRRF	15.864	15.538	18.017	15.568	2,1%	15,7%	13,6%
IRRF Rendimentos do Trabalho	4.748	7.363	6.947	7.347	-35,5%	-5,4%	30,1%
IRRF Rendimentos de Capital	8.145	6.087	8.213	6.098	33,8%	34,7%	0,8%
IRRF Rendimentos de Residentes no Exterior	2.196	1.215	2.083	1.231	80,7%	69,2%	-11,5%
IRRF Outros Rendimentos	775	874	774	892	-11,3%	-13,2%	-1,9%
IOF	3.156	2.810	3.141	2.815	12,3%	11,6%	-0,8%
ITR	15	9	16	12	60,9%	30,9%	-30,0%
Contribuições	26.700	28.985	26.974	29.041	-7,9%	-7,1%	0,8%
COFINS	16.064	17.699	16.413	17.733	-9,2%	-7,4%	1,8%
PIS/PASEP	4.382	4.720	4.439	4.729	-7,2%	-6,1%	1,0%
CSLL	3.517	4.369	3.379	4.377	-19,5%	-22,8%	-3,3%
CIDE Combustíveis	473	1	473	1	-	-	-
CPSS	2.264	2.198	2.270	2.202	3,0%	3,1%	0,1%
Outras Receitas Administradas	1.950	1.997	2.255	1.322	-2,4%	70,5%	72,9%
Receita Previdenciária	28.350	30.369	28.955	30.556	-6,6%	-5,2%	1,4%
Administrada por outros Órgãos	1.286	1.709	1.852	2.367	-24,8%	-21,8%	3,0%

Fonte: RFB e SIAFI

Tabela 2 – Comparação da arrecadação da RFB versus a antecipação (acumulado até junho/2015)

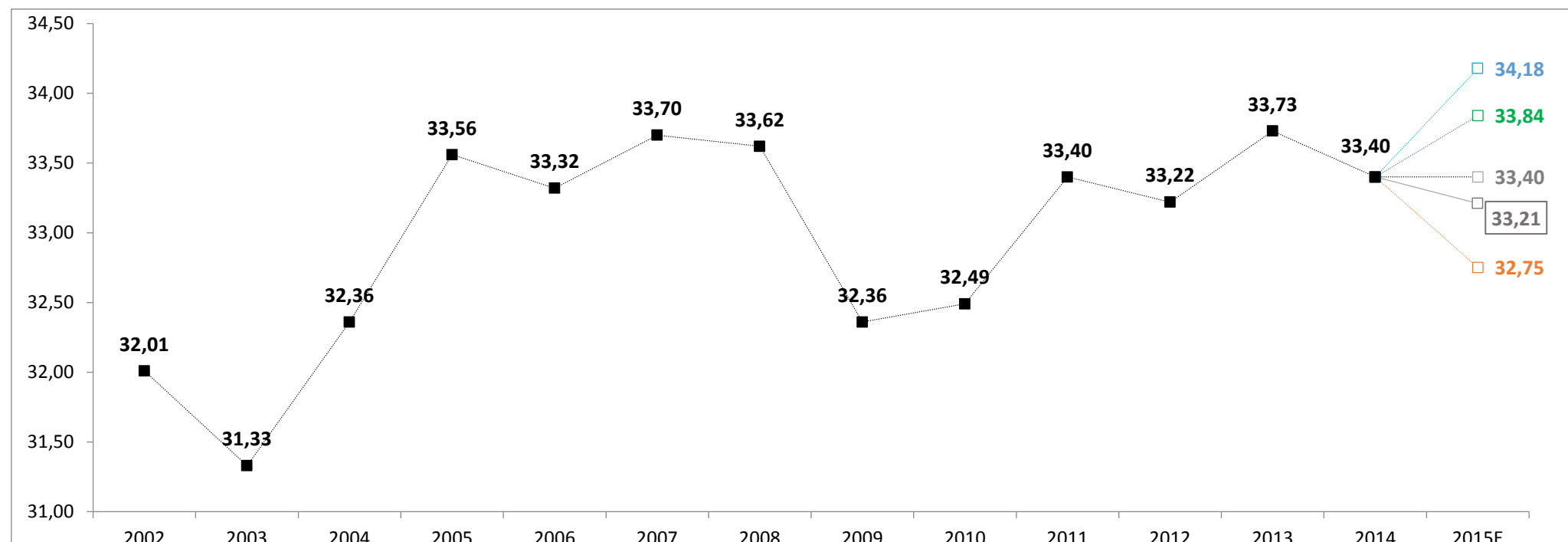
Acumulado até Junho -2015 x 2014							
	Valores constantes (R\$ milhões)				Var. %		
	IBRE		RFB		Acum. Jan - Jun (2015x14)		
	jun/15	jun/14	jun/15	jun/14	IBRE	RFB	Dif. Acum.
Arrecadação Total	609.868	639.219	621.080	639.412	-4,6%	-2,9%	1,7%
Administrada pela RFB	597.766	619.520	606.120	616.348	-3,5%	-1,7%	1,9%
Subtotal (Ex INSS)	422.491	436.492	428.034	432.114	-3,2%	-0,9%	2,3%
Impostos	230.773	237.400	236.967	237.842	-2,8%	-0,4%	2,4%
Imposto sobre Importação (II)	19.917	20.181	19.927	20.221	-1,3%	-1,4%	-0,1%
IPI Total	24.325	27.001	25.249	27.053	-9,9%	-6,7%	3,2%
IPI Fumo	2.976	3.088	2.981	3.094	-3,6%	-3,6%	0,0%
IPI Bebidas	1.513	1.999	1.475	2.003	-24,3%	-26,4%	-2,1%
IPI Automóveis	2.279	2.338	2.112	2.342	-2,5%	-9,8%	-7,3%
IPI Vinculado à Importação	8.533	8.163	8.551	8.178	4,5%	4,6%	0,0%
IPI Outros	9.023	11.414	10.130	11.436	-20,9%	-11,4%	9,5%
IR Total	169.098	174.468	174.416	174.777	-3,1%	-0,2%	2,9%
IRPF	18.256	17.106	16.897	17.147	6,7%	-1,5%	-8,2%
IRPJ	61.105	72.816	65.792	72.924	-16,1%	-9,8%	6,3%
IRRF	89.738	84.546	91.727	84.706	6,1%	8,3%	2,1%
IRRF Rendimentos do Trabalho	45.883	48.642	48.928	48.697	-5,7%	0,5%	6,1%
IRRF Rendimentos de Capital	25.375	20.817	24.799	20.856	21,9%	18,9%	-3,0%
IRRF Rendimentos de Residentes no Exterior	12.673	9.796	12.343	9.864	29,4%	25,1%	-4,2%
IRRF Outros Rendimentos	5.807	5.292	5.657	5.289	9,7%	7,0%	-2,8%
IOF	17.341	15.679	17.268	15.709	10,6%	9,9%	-0,7%
ITR	93	71	107	83	31,0%	29,1%	-1,9%
Contribuições	179.198	185.501	178.813	185.849	-3,4%	-3,8%	-0,4%
COFINS	102.295	105.060	101.463	105.261	-2,6%	-3,6%	-1,0%
PIS/PASEP	27.303	28.407	27.531	28.461	-3,9%	-3,3%	0,6%
CSLL	35.213	38.302	35.367	38.375	-8,1%	-7,8%	0,2%
CIDE Combustíveis	480	6	520	5	-	-	-
CPSS	13.907	13.726	13.932	13.748	1,3%	1,3%	0,0%
Outras Receitas Administradas	12.519	13.591	12.253	8.423	-7,9%	45,5%	53,4%
Receita Previdenciária	175.275	183.029	178.086	184.233	-4,2%	-3,3%	0,9%
Administrada por outros Órgãos	12.102	19.699	14.960	23.065	-38,6%	-35,1%	3,4%

Fonte: RFB e SIAFI

	Em Junho/2015		Acum. Junho/2015	
	em R\$ milhões	2015 x 14 (var. %)	em R\$ milhões	2015 x 14 (var. %)
Acre	29.433	-	212.946	-
Amazonas	644.825	-6,3%	3.908.995	-11,49%
Pará	654.730	-16,5%	4.097.407	-9,99%
Rondônia	118.930	-	1.035.630	-
Amapá	67.465	-10,9%	405.771	-10,60%
Roraima	48.991	-15,8%	292.215	-9,90%
Tocantins	142.848	-15,2%	882.674	-9,72%
Maranhão	365.396	-9,0%	2.279.957	-6,93%
Piauí	231.049	-12,3%	1.419.591	-8,30%
Ceará	706.902	-13,7%	4.510.283	-8,31%
Rio Grande do Norte	338.515	-13,9%	2.130.179	-8,33%
Paraíba	345.826	-12,8%	2.105.243	-10,40%
Pernambuco	979.187	-14,6%	6.220.954	-7,85%
Alagoas	246.260	8,7%	1.476.674	-7,77%
Sergipe	218.539	-11,2%	1.378.264	-7,36%
Bahia	1.426.402	-15,4%	8.865.445	-8,40%
Minas Gerais	2.990.467	-14,5%	18.801.289	-8,14%
Espírito Santo	740.863	-10,3%	4.702.017	-6,20%
Rio de Janeiro	2.508.063	-5,2%	16.611.266	-5,12%
São Paulo	10.335.000	-5,0%	62.182.624	-4,83%
Paraná	1.681.173	-10,4%	10.580.115	-7,86%
Santa Catarina	1.216.236	-13,6%	7.614.034	-9,72%
Rio Grande do Sul	2.041.454	-10,1%	12.700.129	-7,31%
Mato Grosso	629.520	-15,6%	3.956.283	-6,34%
Mato Grosso do Sul	574.631	-12,9%	3.593.313	-8,40%
Goiás	1.044.263	-12,1%	6.300.993	-7,31%
Distrito Federal	539.457	-6,7%	3.276.543	-7,10%
Soma (=)	30.869.071	-9,0%	192.587.848	-6,03%

Anexo D)

Carga tributária estimada para 2015, segundo cinco cenários distintos



	Descrição dos cenários	CTB (%PIB)	d_Receita (YoY%)
ATUAL	2014	33,4%	-
ESTIMADO	Queda da carga tributária brasileira seguindo a queda de "Receitas Federais + ICMS" no acumulado "Jan-Jun/15 x Jan-Jun/14" (em p.p. PIB)	32,75%	-3,22%
	Queda da carga tributária brasileira seguindo a queda de "Receitas Federais + ICMS" no acum. 12 meses até Jun/15 x acum. 12 meses até Jun/14 (em p.p. PIB)	33,21%	-1,86%
	Queda da receita brasileira similar à queda do PIB	33,40%	-1,30%
	Crescimento 0% da receita brasileira	33,84%	0,00%
	Crescimento da receita brasileira similar ao crescimento da receita do Governo Central, segundo estimativa do IBRE: 1% real	34,18%	1,00%



www.fgv.br/ibre

Rio de Janeiro

Rua Barão de Itambi, 60
22231-000 - Rio de Janeiro – RJ

São Paulo

Av. Paulista, 548 - 6º andar
01310-000 - São Paulo – SP